

**HABEAS CORPUS Nº 567.801 - MG (2020/0072322-7)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE : JOAO AFONSO SOARES MAIA E OUTROS**  
**ADVOGADOS : GILBERTO DE SOUZA BARBOSA - MG096485**  
**JOAO AFONSO SOARES MAIA - MG158033**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PACIENTE : F C L (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de F C L contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - HC n. 1.0000.20.016766-6.

Nesta via, alega o impetrante a ausência de fundamentação suficiente a justificar a segregação cautelar imposta ao custodiado, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do CPP.

Assevera que o paciente encontra-se preso há 215 dias, configurando o excesso de prazo na formação da culpa, visto que até o momento não foi concluída a instrução processual, em manifesta violação do princípio da razoável duração do processo.

Sustenta que o paciente faz parte do grupo de risco de infecção pelo novo coronavírus (Covid19), pois é portador de asma persistente grave, sendo devida a liberdade provisória ou a prisão domiciliar, a fim de preservar sua saúde e a dos demais reclusos.

Requer a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja revogada a prisão preventiva por excesso de prazo ou deferida a liberdade provisória ao paciente ou a prisão domiciliar.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do *habeas corpus* para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame** (HC 342.821/RO, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 15/03/2016; RHC 52.841/SC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 17/03/2016; HC 336.606/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 17/03/2016, HC 340.235/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 17/03/2016).

*In casu*, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, ao menos nessa etapa, verifica-se a presença de fundamentos concretos para a denegação da ordem e manutenção da prisão cautelar, a bem da ordem pública e da conveniência da instrução criminal, diante da gravidade, ao que parece concreta, da conduta imputada ao paciente, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ Fl. 16/22):

*A prisão preventiva se encontra fundamentada em dados concretos do processo, considerando que o paciente, em tese, abusou sexualmente da vítima M.C.C.A.C. de apenas*

# Superior Tribunal de Justiça

05 [cinco] anos de idade.

[...]

*O desrespeito ao próximo, o descaso pela repressão estatal e finalmente a ausência de compromisso pela ordem pública são outros ingredientes a determinar a segregação antecipada do paciente. Portanto, diante do manancial delituoso mister se faz a prisão sobre os auspícios da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal.*

*A prisão antes da sentença definitiva tem natureza cautelar, havendo pois o impetrado demonstrando a presença dos pressupostos da prisão preventiva – garantia da ordem pública –, a manutenção da custódia cautelar é medida que se impõe.*

*É o quanto basta para a manutenção da ordem pública.*

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima o paciente.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito da impetração, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

*AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

[...]

*2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.*

*3. Agravo interno não conhecido.*

*(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)*

Ante o exposto, **indefere-se a liminar.**

Necessário sejam solicitadas informações ao Tribunal impetrado e ao Juízo singular.

Com as informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator